

**OS CUSTOS DA JUSTIÇA**

**Coimbra - Setembro 2002**

**J. O. Cardona Ferreira**  
**Ex-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça**  
**Presidente do Conselho de Acompanhamento dos**  
**Julgados de Paz**

## I

Não por razão circunstancial, mas sinceramente, felicito os responsáveis pela organização destas importantes jornadas de reflexão, designadamente na pessoa ilustre do Ex.mo Prof. Doutor João Álvaro Dias, e agradeço o convite que me foi formulado e que me permite ter, mais uma vez, a honra e o prazer de falar na egrégia e "saudosa" Universidade de Coimbra – tão "saudosa", vá lá entender-se, que sempre a desejei e nunca, dela, fiz parte...

Sei que deverei falar pouco tempo, e vou tentar cumprir esse desiderato, embora não seja possível concluir o que penso sem explicitar algumas bases em que as conclusões assentam. É certo que há pessoas muito ilustres que desejamos ouvir e, por outro lado, é de presumir – inilidivelmente – que muito do que eu pensaria dizer, já foi dito, nos dias precedentes e hoje, por conferencistas distintos, e muito melhor do que eu poderia dizer.

Portanto peço, antecipadamente, desculpa se repito algo já dito, para mais sem saber o que terá sido exposto, visto que não tive qualquer possibilidade de comparecer nas sessões anteriores.

## II

Sou Magistrado Judicial de carreira. Trilhei todo o percurso de um Magistrado Judicial do meu tempo, desde Subdelegado do Procurador da República (ainda há quem se lembre do que isso era?) até Juiz Conselheiro Presidente do S.T.J. No discurso de transferência de poderes e de anúncio da minha Jubilação disse – e repito – que, como Juiz, o fui, longo e longo tempo, mais do que por vocação, por devoção.

*Se digo isto, não é para contar a minha longa história. É para que se entenda que o Presidente do Conselho de Acompanhamento da Criação, Instalação e Funcionamento dos Julgados de Paz não tem uma visão dos problemas da Justiça apenas decorrente das suas actuais funções. Embora firme defensor dos Meios Alternativos, a minha visceral tendência para as questões da Justiça e da Cidadania nasceram-me quando, há muito tempo, sonhei ser Juiz – que fui, ou sou ...*

*Entendo que é um absurdo sequer poder haver algum vislumbre de contraposição entre Justiça dita tradicional e alternativa, entre quaisquer instituições de Justiça. Todas têm um único senhor e uma única razão de ser: o cidadão e o seu serviço.*

*Quereis saber uma das razões – quiçá muito importante – para a minha atenção aos Meios Alternativos? É que eu vejo, neles, não só uma necessidade do presente, como um caminho do que deve ser a Justiça não excessivamente regulamentarista do futuro, tão breve quanto possível! Utopia? Que o seja! Sem utopia, o mundo não avança. Utopia não é o impossível: é o que ainda não é possível, já alguém o disse.*

*Estive numa reunião, em Portugal, sobre o Direito Processual Civil na Europa, sob a orientação do Prof. Doutor Marcel Storme, creio que no fim dos anos 80, e lembro-me das críticas que já então se teciam ao excessivo regulamentarismo emperrante da Justiça cível dita tradicional, não suficientemente aberto ao espírito e ao tempo do homem novo.*

*Esses trabalhos vieram a dar origem a vários estudos, designadamente, um livro da principal responsabilidade do Prof. Doutor Marcel Storme –*

Rapprochement du Droit Judiciaire de l'Union Européenne. E, significativamente, as suas palavras iniciais começavam por citar Piero Calamandrei:

"Lo studio del processo é sterile astrazione se non é anche lo studio dell' Uomo Vivo"

e acabavam com a expressão latina

"ubi incipit Justitia cessat bellum".

Que tem isto a ver com o tema destas jornadas e, em particular, com o que me coube ?

Tudo.

É que os meios de realização da Justiça não podem ser meramente formais ou abstractos. Devem reflectir, como causa – final, concreta realização de valores e de interesses, que tenham em atenção uma balança, como na imagem da Justiça, mas imagem viva, *de olhos abertos*.

A velha ideia do "suum quique tribuere", de dar a cada um o que é seu, não pode ter em atenção, apenas, as partes que disputam ou divergem. Tem de equacionar também um *outro binómio*, o do *Estado*, com o seu Poder Judiciário, e o das *peessoas*, singulares ou colectivas, que necessitam da intervenção das instituições de Justiça e que são – as pessoas, os cidadãos – a razão de ser dessas instituições.

Depois de um tempo secular durante o qual, para além do autoritarismo dos "senhores" do "Ancien Régime", os Meios hoje ditos Alternativos eram, *sob roupagem daqueles tempos*, os procedimentos societários de Justiça, o Estado, mormente a partir da primeira metade do século XIX, veio a assumir o monopólio da Justiça.

Confundiu-se, a meu ver, Justiça com Poder Judiciário. Com efeito, o Poder Judiciário foi assumido, e bem, com um dos Poderes do Estado, conforme dissera Montesquieu,<sup>1</sup> desenvolvendo e actualizando, por outras palavras o que, designadamente, já reflectira Aristóteles ao referenciar os Tribunais entre os “três elementos políticos”, isto é, *da Polis*.<sup>2</sup> Mas a inserção do Poder Judicial entre os Poderes de soberania deveria tender a autonomizá-lo em relação aos outros Poderes do Estado (o que foi feito), e não tanto a inviabilizar Meios de Solução de Diferendos mais societários, ao lado dos Meios directamente estaduais, desde que respeitadores dos princípios fundamentais do Estado de Direito Democrático ou do almejado Estado de Justiça.

Embora toda esta problemática me atraia, não quero desviar-me do que tenho de abordar. Quero chegar aqui:

Posto que o Estado, ainda que possa alienar algo do monopólio Judiciário (“lato sensu”), falo-á sempre supervisionando, sem abdicar do acompanhamento, para que sejam garantidos os princípios fundamentais.<sup>3</sup> Diria, mesmo, que não pode abdicar deste acompanhamento, porque a *imparcialidade* que se presume nas instituições de Justiça (naturalmente reporto-me ao Estado Democrático) é essencial à segurança e às garantias essenciais dos Cidadãos. E tudo tem de ser passível de uma organização tal que, mesmo os Tribunais do Estado, têm de ser independentes *do próprio Estado*, para poderem, quando seja caso disso, julgar questões em que o Estado seja parte.

E tudo isto tem um lado, como dizia, que coloca frente a frente, por um lado, o Estado e, por outro, o conjunto das pessoas, não Estado, que às insti-

<sup>1</sup> Na sua conhecida obra “L’Esprit des Lois”.

<sup>2</sup> “A Política”, edição do Circulo de Leitores, pág. 303.

<sup>3</sup> V.g. art. 202.º da Constituição da República Portuguesa; art. 1.º do Cód. de Proc. Civil.

tuições Judiciárias ("lato sensu") se dirigem; ainda que o Estado não seja concebível sem os Cidadãos.

*Aqui também há, na verdade, uma vertente de dar a cada um o que é seu. Se o Estado presta um serviço, aliás assumido e que, na raiz democrática, lhe é cometido pelos Cidadãos – os Tribunais julgam em nome do Povo<sup>4</sup> - os custos devem respeitar uma base de proporcionalidade entre os serviços prestados e aqueles custos, aliás sem a preocupação de pagamento integral.*

### III

Elementar, dir-se-ia.

E, embora "custos" seja uma noção bem mais abrangente do que "custas", não nos esqueçamos de que o velho "imposto de justiça" chama-se, actualmente, e melhor, *taxa de justiça*: ou seja, *contraprestação* pela prática de algo concreto, como um serviço, uma e outro ligados por um *nexo sinalagmático*.<sup>5</sup>

E, hoje, como reage o cidadão comum quando lhe acontece algo que, normalmente, o levaria a Tribunal? Pergunta-se, designadamente (como é entendido por muitos pensadores):

- Quanto custará?
- Quanto tempo isso demorará?
- Que poderei recuperar ou que terei, eu próprio, de suportar?

E, de tanto equacionar, tantas vezes desiste.

Assim, demasiadas vezes, em benefício do infractor.

<sup>4</sup> Art. 202.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa.

<sup>5</sup> A. Xavier, Manual de Direito Fiscal, pág. 43.

Por isso, quando oigo dizer que as causas que vão para os Julgados de Paz não são, todas, tiradas entre as muitas que enchem os Tribunais Judiciais porque, a estes, algumas nem iriam, eu respondo que *a principal razão de ser dos Julgados de Paz é darem paz*, é não deixarem que a infracção prevaleça e, só depois, (ainda que, *na prática, cumulativamente*) é, aliviarem a carga, efectivamente insuportável, dos Tribunais comuns. E, já agora, para se saber se os Julgados de Paz, se forem em número adequado, vão, ou não, aliviar os Tribunais comuns, pensemos que, em Portugal, *a competência dos Julgados de Paz é obrigatória e não optativa*, se bem vejo,<sup>6</sup> ou seja, se as acções que cabem na competência dos Julgados de Paz, forem – bem – propostas nestes; ou, se os Tribunais Judiciais, nessa medida, concordarem com esta perspectiva e entenderem que é caso de se declararem materialmente incompetentes nas hipóteses de acções inadequadamente propostas no foro comum; apesar da tal margem, sempre positiva em termos de Justiça, de questões cuja injustiça os cidadãos suportariam; *necessariamente, haverá alívio dos Tribunais comuns tendencialmente proporcional à dimensão e à competência do foro dito alternativo*.

Ou seja: é de elementar lógica que os Julgados de Paz, se forem abrangendo cada vez mais zonas do País, como se perspectiva; *se cada vez mais houver Municípios a manifestarem interesse por disporem de Julgados de Paz, neste sentido conjugando-se com os competentes Órgãos de Soberania do Estado, creio que os Julgados de Paz encontram-se em situação*

---

<sup>6</sup> Faço esta observação a título pessoal, baseado no sentido que creio ver no art. 9.º da lei 78/2001, de 13.07; nas razões que são as dos Julgados de Paz; e em essencial harmonia com opiniões que tenho encontrado expressas, v.g.: Juiz de Direito Joel Pereira, Julgados de Paz, 56, Ana Maria Costa e Marta Lima, Julgados de Paz e Mediação Um Novo Conceito de Justiça, 159.

*privilegiada de poderem ajudar a algum alívio na excessiva sobrecarga de processos dos Tribunais Comuns. Neste ponto importantíssimo, como em tudo o que concerne à Justiça, a acção da advocacia é determinante.*

Tudo que vinha reflectindo tendia a dizer que *o problema dos custos da Justiça é, acima de tudo, uma questão de Justiça comutativa Estado-Cidadãos e, na sua raiz, o problema fundamental é o do acesso ao Direito e à tutela jurisdicional efectiva, segundo o art. 20.º de C R P*, no qual têm sido surpreendidos princípios de igualdade, justiça, proporcionalidade, confiança e moderação – todos, a meu ver, redutíveis a uma perspectiva abrangente de Justiça. E, embora a C R P não determine gratuidade dos serviços de Justiça, o seu custo (e não só as suas custas) não pode ser, de facto, inviabilizador do acesso ao direito e à tutela Jurisdicional<sup>7</sup>.

No que concerne à problemática directamente financeira, bem se sabe que há o instituto hoje dito de apoio judiciário. Mas, para além de alguma burocracia que ainda implica (p.e., gostaria que, *nos Julgados de Paz*, se regressasse ao sistema, porventura mais imediatista e concentrado, de serem os próprios Juizes de Paz a decidirem os respectivos pedidos); creio que o problema dos custos da Justiça não só ultrapassa o das despesas financeiras imediatas, mormente custas, como também se põe, em termos sinalagmáticos para pessoas que podem pagar. E, numa abrangência pessoal de *custos* da Justiça, e numa orientação, por um lado humanista e, por outro lado, empírica, diria que *os custos abrangem*:

- *Num plano directo*, o que se paga pela existência e pelo resultado de um processo, seja em custas, seja em despesas conexas no que

---

<sup>7</sup> V.g. G.Canotilho e V. Moreira, C.R.P. Anotada, 3.ª ed., págs. 164,165.



concerne a tudo aquilo que a pendência de uma acção acarreta, como honorários, investigações, despesas próprias, etc;

- *Num plano indirecto e geral*, o impacto que o custo concreto de uma acção ou (e) a sua demora, podem ter no concernente à economia nos seus vários aspectos, sejam nacionais ou internacionais, conforme o âmbito do diferendo;

- E, a meu ver, muito mais importante do que tudo isto, os incómodos, as consequências negativas para a qualidade de vida que pode ter o arrastamento de uma causa; *este é o custo que mais custa*. E, nesta linha, o custo, **também, do incómodo de quem trabalha nos Tribunais, o que é, geralmente, esquecido.**

Penso, em verdade, que este último aspecto (custos pessoais) ainda é o mais importante. Nada paga o desconforto, a insegurança interior, o desgosto quando se vê arrastar uma causa por cujo desfecho se anseia, fora e *dentro* do Tribunal.

É um problema humanista, de raiz cultural que, inserido na problemática da chamada crise da Justiça, o Doutor Bacelar Gouveia coloca em termos tão importantes ao ponto de reflectir que pode contender com o próprio sentido da autoridade do poder público.<sup>8</sup>

#### I V

Ao que vem tudo isto?

Os tempos transformaram os Juizes e, portanto, os Tribunais ditos tradicionais, em verdadeiros guardadores de promessas, como lhes chamou Antoi-

---

<sup>8</sup> "O Debate da Justiça", pág. 184.

ne Garapon<sup>9</sup> face à geral crise societária, mormente no século XX, que atingiu as instituições que serviam de anteparo aos Tribunais, como a Família, a Escola, a Religião, etc.

E os Tribunais tradicionais viram-se submersos por processos, quer em quantidade quer, mais gravemente, em inovadoras e difíceis qualidades.

*Por mais que se trabalhe no foro comum – e trabalha-se – não foi possível garantir geral oportunidade decisória; para o que contribuiu um garantismo civilístico que considero exagerado, mormente no seu regulamentarismo. Hoje, há quase uma tendência para a vulgarização do que é fundamental.*<sup>10</sup>

E, para além de um arrastamento de tantas causas, com os seus incidentes, os seus recursos, o seu regulamentarismo, a *inadequação do tempo judicial ao tempo real*, generaliza-se a convicção de que o custo concreto, mesmo só o financeiro imediato, da média dos processos judiciais é cara. Penso que a situação poderia ter resultados mais justos e mais úteis se os Juizes tivessem *maiores possibilidades de maleabilidade legal na fixação da tributação casuística*, naturalmente dentro de certos limites.

Continuando a ponderar, como base de raciocínio, o que acontece com custos financeiros na Justiça dita tradicional, para se poder ter uma base de comparação com o que respeita aos Julgados de Paz, nos Tribunais comuns, uma acção no valor de 750.000\$00 (aliás, o equivalente em euros - € 3.740,98) – limite da competência actual dos Julgados de Paz – a taxa de justiça *integral* normal será o correspondente a 36.000\$00 = € 179,57 (embora haja casos em que possa ser de ½ ou ¼), sem esquecer que, a essa taxa, para efeitos de

---

<sup>9</sup> Na sua obra "O Guardador de Promessas".

<sup>10</sup> Guy Haarcher, "A Filosofia dos Direitos do Homem", pág. 50.

custas, acrescem os encargos;<sup>11</sup> quanto a custos financeiros conexos, convém não esquecer que as regras sobre custas de parte ressarcíveis são redutoras,<sup>12</sup> e mais ainda o são as verbas ditas de procuradoria, das quais 60% vão, não para o vencedor da causa mas, sim, para determinados Organismos.<sup>13</sup>

E, na linha do que é a minha referida perspectiva, acrescem, face ao tempo de pendência frequente, efeitos económicos gerais e, fundamentalmente, o que chamo custos personalizados incontabilizáveis, decorrentes de incómodos, consequentes insatisfações, inseguranças.

Tudo isto sem esquecer que, para além do sentido objectivamente redutor da normatividade sobre custas de parte e procuradoria, só haverá pagamento pelo vencido se este puder pagar pois que – naturalmente *bem* – não há prisão por dívidas e, aliás, se houvesse, isso nada adiantaria ao vencedor.

## V

Isto sendo, face à clara desproporção entre a procura e a possibilidade de resposta dos Tribunais ditos tradicionais, *o que se repercute* no desfaseamento entre os custos e a *rentabilidade* judiciária (*ênfatiso que não está em causa a capacidade de trabalho da Justiça tradicional mas, sim, o seu condicionalismo*), duas soluções têm sido defendidas, que subscrevo:

- Por um lado, uma reforma estrutural, a que chamo refundação, dos meios de Justiça dita tradicional, mormente no que concerne ao regulamentarismo processual, o que encontra múltiplos obstáculos e é demorado;

<sup>11</sup> Arts. 1.º e 13.º e segs. do CCJ, tabela anexa e Salvador da C.

<sup>12</sup> Arts. 32.º e 33.º do CCJ.

<sup>13</sup> Art. 42.º do CCJ.

- por outro lado, a criação – ou recriação – de Meios Alternativos à Justiça dita tradicional.

*Diria que ambos os caminhos são indispensáveis e que, no segundo, até pode estar a luz que ilumine a necessária redução do formalismo comum.*

Devo acrescentar algo acerca dos Meios Alternativos.

A meu ver, os Meios Alternativos começam por terem a grande vantagem de não serem um “*numerus clausus*”. Podem, sempre, surgir novas Alternativas e até podem funcionar separados ou juntos ou serem proporcionados aos cidadãos, em si próprios, como opções para um mesmo diferendo.

Curiosamente e referindo a problemática que, anteriormente, me trouxe a esta Universidade, creio que, já hoje, nos limites das suas competências, os Julgados de Paz devem resolver certos litígios emergentes de situações de consumo e, relativamente, ao foro comum, os Julgados de Paz têm, a meu ver, competência obrigatória,<sup>14</sup> mas, creio que nada obsta a que, conforme o princípio da autonomia da vontade no campo dos direitos disponíveis, os interessados optem por um Centro de Arbitragem.<sup>15</sup>

A mediação, a conciliação e a arbitragem (entenda-se: voluntária) são meios alternativos já com larga tradição.

Normalmente, a *mediação* procura que as próprias partes encontrem soluções; a *conciliação* tem uma intervenção mais activa nessa procura; a *arbitragem* voluntária implica que os interessados promovam a constituição do Tribunal Arbitral onde a respectiva questão será colocada, na base de um compromisso arbitral, ou recorram a uma instituição que já possua um Centro Arbitral que poderá realizar a arbitragem.

---

<sup>14</sup> Citado art. 9.º da lei 78/2001, de 13.07 e e autores referidos na nota 6.

<sup>15</sup> Art. 9.º da lei 78/2001 de 13.07 conjugado com o art. 14.º da lei 24/96 de 31.07.

Em termos de custos pessoais há, no plano dos Meios Alternativos, um manifesto ganho na medida da oportunidade decisória e, até, de uma tendencial especialização.

Não existe, porém, uma regra absoluta em matéria de custos financeiros, embora se possa apontar para um claro benefício dos utentes, excepto no concernente a certos Tribunais Arbitrais Voluntários, especialmente no âmbito mercantil e internacional.

Por exemplo, o Gabinete de Mediação Familiar, que funciona na dependência do Ministério da Justiça, e que, a meu ver, conjuga mediação com conciliação, é de carácter gratuito, mas não emite decisões.<sup>16</sup> Num outro campo, quanto ao Centro de Arbitragem no Âmbito dos Litígios Laborais da Região Autónoma dos Açores,<sup>17</sup> os serviços prestados são gratuitos.

Por seu turno, nos Centros de Arbitragem que se destinem a dirimir conflitos de consumo, o n.º 3 do art. 14.º da citada lei 24/96, implica que os autores ficam isentos de custas em caso de simples procedência parcial da respectiva acção. Ainda neste campo e também com o objectivo de exemplificação, o exequente está isento de preparos e custas na execução para obter o cumprimento de sentenças condenatórias proferidas pelos Tribunais Arbitrais dos Centros de Arbitragem de Conflitos de Consumo.<sup>18</sup> Aliás, o princípio, nesse tipo de Centros, é, tendencialmente, o de inexistência de custas na medida de participações financeiras oficiais de que esses Centros disponham.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> Art. 13.º d) do Despacho n.º 12.368/97 (2ª série) de 9.12.

<sup>17</sup> Art. 3.º d) do Decreto Legislativo Regional n.º 24/88/9, de 19.05.

<sup>18</sup> Art. único do D.L. 103/91, de 08.03.

<sup>19</sup> Relatório do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo da Cidade de Lisboa de 01.10.1999, pág. 10.

Porém, é geralmente sabido que, fora casos especiais como os que ficaram citados e outros,<sup>20</sup> o funcionamento de Tribunais Arbitrais Voluntários, especialmente na já referida área mercantil, pode ser caro e algo indefinido.<sup>21</sup> Ou seja, nestes outros casos, ganha-se em eficiência, mas podem ser desembolsadas quantias significativamente superiores ao que aconteceria no foro judicial comum.

## VI

E é mais que tempo de falar um pouco mais dos Julgados de Paz.

Mas, não creio que fosse minimamente justificada uma comunicação que se limitasse a dizer qual é o valor da taxa de justiça nos Julgados de Paz.

Há um pano de fundo sem o qual não é entendível a razão de ser da existência e do modo de existência dos Julgados de Paz, mesmo quanto a custos.

Retenhamos esta dupla característica dos *Julgados de Paz*, cuja *recriação decorre, necessariamente, do direito fundamental do acesso ao Direito e à Justiça*.<sup>22</sup>

- em tudo o que é, *conteúdo*, essência, forma de actuação, simplicidade, proximidade, não regulamentarismo, busca de equidade e de harmonia, os Julgados de Paz são Meios Alternativos;

<sup>16</sup>

<sup>20</sup> Creio que será, também, designadamente, o caso do Centro u. de Coimbra.

<sup>21</sup> Na base do art. 5.º da lei 31/86, de 29.08, e regulamentos de arbitragem existentes.

<sup>22</sup> Art. 20.º da C.R.P.

- enquanto *continente*, forma institucional, os Julgados de Paz são Tribunais oficiais, "lato sensu",<sup>23</sup> com competência material que considero não optativa, nos termos já reflectidos.<sup>24</sup>

Além disso, os Julgados de Paz inserem mediação voluntária e julgam, se necessário, através dos Juizes de Paz, com formação própria.

As causas estão a ter decisão, na fase inicial em que ainda nos encontramos, num *tempo médio de 30 dias*, às vezes menos, às vezes um pouco mais.

*Está a ganhar-se a aposta em termos do que chamo custos pessoais.*

*E, daí, também, no que concerne ao efeito geral.* O problema dos Julgados de Paz não está no que fazem: *está no que não podem fazer*, por serem poucos e com reduzidas competências objectiva, territorial, de valor e material.

E quanto a custas?

Questão fundamental: deveria haver isenção de custas?

Claro que, havendo apoio judiciário, este, pode implicar isenção de custas. Mas o problema, agora, não é esse.

O problema é o de saber se, nos Julgados de Paz, pura e simplesmente, as custas deveriam ser eliminadas.

No Brasil, acerca de matéria cível, o art. 54 da lei 9.099, de 26.09.1995 (referente aos Juizados Especiais estaduais e aplicável aos federais, subsidiariamente) diz:

*Art.º 54 - " O acesso ao Juizado Especial independe de, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.*

<sup>23</sup> Art. 209.º, n.º 2 da C.R.P.

<sup>24</sup> Art. 9.º da lei 78/2001, de 13.07 e Autores citados na nota 6.

*Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1.º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita."*

E acrescenta o art. 55 da mesma lei:

*Art. 55 – "A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.*

*Parágrafo único. Na execução não serão contadas custas, salvo quando:*

- 1. reconhecida a litigância de má-fé;*
- 2. improcedentes os embargos do devedor;*
- 3. tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor."*

Sobre matéria penal, refere o art. 87.º da mesma lei:

*Art. 87.º – "Nos casos de homologação do acordo civil e aplicação de pena restritiva de direitos ou multa (art.s 74 e 76, § 4.º), as despesas processuais serão reduzidas, conforme dispuser lei estadual".*

Daqui decorre que, embora de um modo não absoluto, mas hábil e num português saboroso, a Justiça nos Juizados Especiais brasileiros, parte de um princípio, com excepções embora, de gratuidade, em 1.º grau.

Não é assim em Portugal.

Gostaria que pudesse ser. Mas não o defendo. E, isto, não por razões directamente financeiras.



A Justiça tem de ser, sempre, um encargo para o Estado, porque releva da paz social, que compete ao Estado assegurar, e não só da paz individual.

Mas temos de ser realistas.

Diz-nos a experiência que há "litigantes profissionais". E há muitos Cidadãos que podem pagar o que for justo pelo serviço prestado pelo Estado. É justo que algo seja pago por quem o dever e puder fazer.<sup>25</sup>

Claro que, isto, com a ressalva do apoio judiciário sempre possível.<sup>26</sup>

Mas, dizia, o sistema tem lógica porque os Julgados de Paz são Tribunais ("lato sensu") e, portanto, é natural que o sistema se compagine com o disposto no art. 1.º, n.º 2 do C C J.

Outrossim, creio que, sendo, como penso, instituições de competência *vinculada*, não seria razoável que, havendo *Julgado de Paz* a que recorrer, nada se pagasse; e, não o havendo, a mesma causa pudesse ter de ir para o foro tradicional, com custas.

Só que, tratando-se de Meio Alternativo, *com tramitação muito simplificada*, também não teria sentido que o pagamento, no Julgado de Paz, não fosse relativamente baixo, diria, do tipo "*taxa moderadora*".

O legislador optou por uma taxa de justiça *única* de € 70,00 *por cada processo* tramitado nos Julgados de Paz, com redução para € 50,00 se o processo terminar por acordo na fase de mediação<sup>27</sup>.

É muito? É pouco?

<sup>25</sup> É o que se explicita no art. 5.º da lei 78/2001, que a A.R. aprovou por unanimidade: art. 5.º - "*Custas*."

1 - *Nos Julgados de Paz há lugar a pagamento de custas.*

2 - *A tabela de custas é aprovada por portaria do Ministério da Justiça*."

<sup>26</sup> Art. 40.º da mesma lei.

<sup>27</sup> Portaria 1456/2001, de 28.12.

Se pensarmos que, no Julgado de Paz, as causas não podem valer mais de 750.000\$00 (aliás € 3.740,98)<sup>28</sup> e que, nos Tribunais Comuns, uma causa no valor de 750.000\$00 pode ter uma taxa de justiça integral de 36.000\$00 (como já se disse), embora possa haver casos de redução a ½ ou a ¼, dir-se-ia que a taxa de € 70,00 *por processo* será razoável, tanto mais quanto é certo que poderá ficar em € 50,00, e será possível o apoio judiciário. Mas naturalmente é matéria sempre discutível. E, a meu ver, falta também aqui, uma regra explícita de *maleabilidade* que permita, ao Juiz de Paz, *adequar* o custo do caso concreto a uma certa perspectiva de equidade, naturalmente dentro de limites legais, porventura até com possibilidade de excepcional redução.

Por outro lado, há uma circunstância nos Julgados de Paz que deve ser aludida: a *mediação* pode intervir, nos casos da competência dos Julgados de Paz, se os interessados a pretenderem e, nesse caso, o *Estado paga*, ao pré-mediador, € 50,00 por processo; e € 100,00 ao mediador, se for alcançado acordo, e € 90,00, se o não for.<sup>29</sup>

Mas, a mediação pode intervir, apenas para procurar que os interessados eliminem o seu diferendo, mesmo em questões que ultrapassem a própria competência dos Julgados de Paz, desde que não versem sobre direitos indisponíveis<sup>30</sup> e, nestes casos, os interessados pagarão € 25,00 ao Julgado de Paz<sup>31</sup> e, aos mediadores, os honorários que os mediadores pratiquem e a regulamentação legal não estipula.<sup>32</sup>

<sup>28</sup> D.L. 323/2001 de 17.12.

<sup>29</sup> Despacho n.º 1966/2002, 2.ª série, D.R. de 25.01.2002.

<sup>30</sup> Art. 16.º da lei 78/2001

<sup>31</sup> Art. 13.º, n.º 2 da Portaria 436/2002, de 22.04 e Despacho 8386/2002, 2.ª série, D.R. de 24.04.2002.

<sup>32</sup> Art. 13.º, n.º 1 c) da citada Portaria 436/2002, de 22.04.

Em síntese, no que concerne a custos financeiros dos serviços prestados pelo Julgados de Paz, a título pessoal diria o seguinte:

Sempre ressalvada a possibilidade de apoio judiciário, parece razoável a taxa de € 70,00, redutível, para já, a € 50,00; e penso que está certo que o Estado suporte o pagamento dos honorários dos mediadores; acabaria, porém, com a *autonomia* da fase dita de pré-mediação.

Por outro lado e parecendo, objectivamente, aceitável a taxa de € 25,00 por mediação além da competência dos Julgados de Paz, o que me parece inaceitável é que os interessados tenham de pagar, neste caso muito menos garantístico do que os que inserem na competência dos Julgados de Paz, honorários aos mediadores e, ainda, regulamentarmente, indefinidos. Vou mais longe: Concorde que o Estado proporcione um serviço geral de mediação aos Cidadãos, como no caso do já referido Gabinete de Mediação Familiar mas, na medida em que isso ultrapasse a competência do Julgado de Paz, deveria ser desligado, totalmente, deste. E não nos podemos esquecer de que os serviços do Gabinete de Mediação Familiar são gratuitos, o que me parece correcto até porque mediação, só por si, nada decide. Ou seja: retiraria, dos Julgados de Paz, a chamada mediação extra-competência.

## VII

Procurando reflectir uma síntese de tudo o que fui ponderando, diria que já em "Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas – O Caso Português",<sup>33</sup> se lê que há vários obstáculos ao acesso efectivo à Justiça, económicos, soci-

---

<sup>33</sup> Boaventura Sousa Santos, Maria M. L. Marques, João Pedroso e Pedro L. Ferreira.

ais e culturais e, entre os económicos: "preparos e custas judiciais; honorários de advogados e outros profissionais como, por exemplo, peritos; gastos de transporte e outros; uma série de custos de oportunidade com valor económico, para além de custos resultantes da morosidade".<sup>34</sup> E, entre o muito mais, acrescenta-se que "o juízo de adequação está intimamente relacionado com o juízo de acessibilidade, ou seja, com uma análise custo/benefício".<sup>35</sup> A eficácia (prefiro dizer eficiência) da Justiça tem sido estudada profundamente, designadamente ao nível da União Europeia e do Conselho da Europa.<sup>36</sup>

Por todo o lado, é patente a preocupação de serviço aos Cidadãos, da necessidade de corresponsabilidade e da procura de soluções através dos Meios Alternativos.<sup>37</sup>

Em Portugal, o mesmo caminho é propugnado pelos arts. 202.º, n.º 4 e 209.º, n.º 2 da CRP e, quanto a Julgados de Paz, designadamente, pela lei 78/2001, de 13.07.

O Relatório Breve do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa da Universidade de Coimbra<sup>38</sup> faz apelo ao desenvolvimento e criação de estruturas de Justiça de proximidade. No mesmo sentido se encaminha um douto texto do Doutor João Pedroso,<sup>39</sup> referenciando, designadamente, que a remoção dos obstáculos ao acesso à Justiça e, portanto, ao exercício da cidadania e à efectivação da democracia tem passado por várias fases, a mais recente das

---

<sup>34</sup> Obra citada, pág. 486.

<sup>35</sup> Última obra citada, pág. 695.

<sup>36</sup> Vejam-se, a já aludida obra "Rapprochement du Droit Judiciaire de L' Union Eurpéenne", publicada sob a supervisão do Professor Marcel Storme, e "Medidas para uma boa relação custo-eficácia tomadas pelos Estados-Membros, para permitir uma melhor eficácia da Justiça" – 23.ª Conferência de Ministros da Justiça, Conselho da Europa, 2000.

<sup>37</sup> V.g. Recomendação n.º R (86) 12 do Comité de Ministros do Conselho da Europa de 16.09.1986.

<sup>38</sup> Citada obra, pág. 19.

<sup>39</sup> Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 60, pág. 33 – "A Construção de uma Justiça de Proximidade", mormente, pág. 40.

quais situa-se na criação de Meios Alternativos de Resolução de Litígios, os ADR, desformalizando os processos tradicionais.

É nesta linha de pensamento que se vai desde formas não decisórias, como a mediação e a conciliação, se passa por Meios já decisórios mas que recolhem algo da mediação e da conciliação, de vários graus de custos (situações Arbitrais), e se perspectivam instituições criadas ou recriadas semelhantes, em tantos Países, mormente europeus e americanos, chamem-se, por exemplo, Julgados de Paz, Juizados Especiais, Giudici di Pace, etc, etc.

*Este é um problema de sensibilidade mas, também, de cultura.* Por isso, bem se compreende que muito depende da conquista da Universidade para o estudo dos Meios Alternativos de Resolução de Litígios, para o que, muito acertadamente chamou a atenção o Dr. Lopes dos Reis numa comunicação inserida na 1.ª Conferência sobre Meios Alternativos de Resolução de Litígios.<sup>40</sup>

*Na linha do que comecei por dizer, do meu ponto de vista, é errada, perigosa e criticável uma perspectiva que contraponha Meios Alternativos e Meios Tradicionais. Todos têm o seu lugar. Todos têm de evoluir conforme as circunstâncias. Todos têm de se irmanar e de se respeitar mutuamente na sua causa-final comum: o serviço aos Cidadãos. Nenhum pode ser melhor ou pior. Todos têm de ser bons. Todos existem e actuam por causa e em nome do Povo. Não em nome e no interesse próprio.*

Como já em longínqua época, dizia Cabral de Moncada o "direito carece de reformar-se permanentemente, acompanhando a evolução social",<sup>41</sup> e, a

<sup>40</sup> Respectiva publicação do M.J., pág. 27.

<sup>41</sup> "Filosofia do Direito e do Estado", I I, pág. 157.

meu ver, isto é tanto verdade no Direito substantivo como, talvez ainda mais, no processual e no orgânico.

Se algo falta nos Julgados de Paz – e falta, mas *acredito* que irá deixando de faltar – é o seu redimensionamento, optimização, ampliação na existência e nas competências, desde logo a territorial.

Os Julgados de Paz, face à oportunidade com que estão a ultimar questões, são já um ganho de causa em relação a custos pessoais da Justiça.

Financeiramente e com um ou outro acerto, também parecem no bom caminho.

Relembrando palavras actuais do Doutor Barbas Homem, que se reporta à "...validade de uma noção mínima de injustiça, como limite absoluto da validade do direito – mesmo quando esta noção se apresenta expressa por outros vocábulos, como arbitrariedade, irrazoabilidade, irracionalidade, desproporcionalidade",<sup>42</sup> diria que,

a meu ver, tudo isto tem que ver com os custos da Justiça, principalmente quando se pensa em proporcionalidade.

A Justiça não pode ser desvalorizada pelos seus custos.

A Justiça é uma questão de cidadania.

---

<sup>42</sup> "Reflexões sobre o Justo e o Injusto: a Injustiça como limite do Direito", RFDUL, vol. XXXIX, n.º 2, pág. 650.

Obrigado pela vossa infinita paciência.

Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 27 de Setembro de 2002

